

# Tensionamento entre sociedade civil e Estado: algumas reflexões sobre o Espírito Santo

Marcelo de Souza Marques<sup>1</sup>  
Cristiana Losekann<sup>2</sup>

## Resumo

Neste artigo analisaremos três distintas relações de tensionamento entre organizações da sociedade civil e o Estado no Espírito Santo, elencando as principais consequências para o aprofundamento democrático. Consonante com Laclau e Mouffe, nossas análises partem da abordagem da Teoria Democrática Radical, para a qual as relações de tensionamento são inerentes e salutares aos sistemas democráticos. Constatamos que as relações encontradas ora se apresentam como conflitos específicos sobre os significados do que seria o “Estado” e oposição a determinados projetos políticos, ora se constituem em alinhamentos pontuais.

**Palavras-Chave:** Estado. Sociedade civil. Esfera pública. Tensionamento.

## Tension between Civil Society and State in Espírito Santo: reflections on a Democratic Radicalization

### Abstract

In this article we analyze three distinct relations between civil society's organizations and State and its consequences for a further democratic development and control. In accordance with Laclau and Mouffe, our analysis departs from the Radical Democracy Theory, for which tensioned relations are inherent and salutary to democratic systems. We found that tensioned relations are presented either as specific conflicts over the meanings of what would be the "State" and certain political projects, either as partnerships.

**Keywords:** State. Civil society. Public sphere. Tensioning.

## Introdução

Com a retomada do conceito de sociedade civil, quer seja pelas teorias democráticas contemporâneas, quer seja pelos “Novos Movimentos Sociais”, a noção de sociedade civil, suas possibilidades e seus limites na ação política efetiva, passou a frequentar o centro dos debates teóricos acerca dos processos democráticos e dos novos desafios à governança.

No Brasil, em finais dos anos 1980 e inícios dos anos 1990, período de grande agitação social em torno da democratização, observaram-se alguns

---

<sup>1</sup> Marcelo de Souza Marques é graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

<sup>2</sup> Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), professora adjunta de Ciência Política da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Atua junto ao Departamento de Ciências Sociais e ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

indicativos de tendência à aproximação entre Estado e sociedade civil – claramente marcada por momentos de tensionamento –; consequências dos novos rumos políticos tomados pelo país a partir da Constituição de 1988, a qual consagrou alguns princípios de participação da sociedade civil.

Nesse mesmo período, as organizações sociais no Espírito Santo passaram a representar um novo espaço de atuação política em meio a um cenário marcado, por um lado, pelo processo de desenvolvimento e modernização local do sistema capitalista de produção, e, por outro, por um cenário político caracterizado pelo tradicionalismo. Um cenário complexo que marcou a crise do sistema democrático local, evidenciando um:

[...] descompasso entre mudanças nas esferas social e política, por um lado, e na esfera econômica, por outro. Ou seja, enquanto nesta verificava-se um processo de modernização acelerado que inseria a economia estadual nos circuitos internacionalizados, colocando-a no *ranking* daqueles estados da Federação com os maiores índices de crescimento, nos âmbitos político e institucional verificava-se um processo de involução, no que respeita aos padrões de relações público-privado (DOMINGUES; PALASSI; GONÇALVES, 2011, p. 3).

Este contexto paradoxal, e suas consequências sociais, econômicas e políticas, nos auxiliará na análise de três distintas relações de tensionamento entre entidades da sociedade civil no Espírito Santo e o Estado, problematizando suas consequências para o aprofundamento democrático.

Para tanto, analisamos as estratégias utilizadas pela Associação de Mães e Familiares das Vítimas de Violência (AMAFVV), pela Transparência Capixaba e pelo Coletivo Casa Verde, em suas distintas relações com o Estado e suas consequências. A escolha das organizações pesquisadas foi determinada após análise das fichas cadastrais preenchidas por várias organizações sociais atuantes no Espírito Santo durante a pesquisa realizada entre os anos de 2010 e 2012<sup>3</sup>. Nelas, observamos o posicionamento político-ideológico das referidas organizações, suas respectivas missões, parcerias, formas de atuação, dentre outros, em que foi possível perceber diferentes tendências de relações conflitivas entre sociedade e o Estado.

Em suma, tratam-se de relações de tensionamento flexíveis, isto é, ora se apresentam como conflitos específicos sobre os significados do que seria o

---

<sup>3</sup> “Mapa das Organizações da Sociedade Civil no ES”, pesquisa desenvolvida entre os anos de 2010 a 2012 no Laboratório de Estudos Políticos da Universidade Federal do Espírito Santo (LEP/UFES).

“Estado”, e a determinados projetos políticos, ora se constituem em alinhamentos onde o grau de tensão diminui. Nos três casos elencados, percebemos que não se tratam de relações de tensionamento que visam à superação da estrutura estatal.

Para melhor exposição das ideias, dividimos o trabalho em duas seções. Na primeira seção refletiremos teoricamente sobre a retomada contemporânea do termo sociedade civil numa perspectiva geral e, na subseção, com foco no Brasil. Nosso segundo esforço consistirá em analisar as relações de tensionamento das três instituições contatadas e o Estado, e suas consequências para o aprofundamento democrático. Por fim, apresentaremos nossas considerações.

## **1. Retomada da sociedade civil: algumas reflexões sobre o tensionamento**

O contexto pelo qual passa a retomada contemporânea do conceito de sociedade civil tem sido marcado por significativas transformações sociais, políticas e econômicas percebidas desde finais do século XX. Nesse período, ocorreram grandes transformações conjunturais em diferentes países, como as expressivas revoluções sociopolíticas no leste europeu e na América Latina; assim como aquelas econômicas pelas quais tem passado a maioria dos países ocidentais e alguns orientais, transformações essas que passaram a reformular e a criar novos conceitos e teorias que possibilitam analisar as novas relações sociais que emergiram desse processo (COHEN; ARATO, 2001).

Para Habermas (2003), a sociedade civil contemporânea é uma esfera do “mundo da vida”, distinta e autônoma da esfera econômica e da esfera política. A distinção operada pelo autor está diretamente relacionada às lógicas que medeiam cada esfera do sistema; a lógica do poder na esfera política e a lógica do mercado na esfera econômica. O “mundo da vida”, por sua vez, mediado pela lógica das práticas cotidianas, linguisticamente constituídas, e apoiada em direitos fundamentais, como a liberdade de opinião, reunião, associação, dentre outros, baseia-se na ação comunicativa, cujo objetivo é o entendimento mútuo. Trata-se, em suma, do espaço da reprodução simbólica, da linguagem, das redes de significados que compõem determinada cosmologia, sejam elas referentes aos fatos objetivos, às normas sociais ou aos conteúdos subjetivos.

A sociedade civil, inserida nesse espaço, constitui-se por instituições especializadas, não estatais e não econômicas, que materializam essas redes de significados. Essas instituições especializadas, livres e voltadas para as questões da vida privada, tais como igrejas, sindicatos, organizações não governamentais

(ONGs), movimentos sociais, dentre outras, absorvem as demandas sociais tematizadas, assimilam-nas e, em seguida, transmitem-nas à esfera pública. Deliberada nesse espaço democrático, no qual todos os indivíduos podem se manifestar, essas demandas são publicizadas, dando forma às opiniões públicas.

A partir da contribuição habermasiana, aqui brevemente apresentada, podemos perceber a sociedade civil como um espaço de deliberação e criação de consensos capazes de influenciarem as ações do Estado junto à sociedade. Assim, compreendemos a sociedade civil como fator positivo na criação de novos canais de comunicação entre a esfera pública e política, visando ao aprofundamento democrático.

No entanto, ao buscarmos as relações de tensionamento, entendidas como relações conflitivas entre dois polos necessários e insuperáveis, isto é, a sociedade civil e o Estado, numa relação que lhes é externa e ambivalente, como mecanismo de aprofundamento democrático, nossos esforços se voltaram para os dissensos entre estes dois polos. Assim, faz-se necessário uma guinada no sentido de entender as relações conflitivas face aos mecanismos operados pela ação comunicativa, aqui destacados a partir das contribuições habermasianas.

Nesse sentido, autores como Mouffe (1996, 2012) e Laclau (2011), buscam, de diferentes formas, rupturas com leituras consensuais do tecido social. Para os críticos à perspectiva liberal do conceito de sociedade civil, a esfera pública habermasiana não expressa a exclusão e os conflitos presentes nesse espaço.

Ao depararmos com as relações de tensionamento entre Estado e organizações sociais no Espírito Santo, percebemos que essas relações não se baseiam apenas na busca por novos canais de participação e na criação de consensos, mas, outrossim, na expressão de novas subjetividades políticas e novas demandas, que nem sempre conseguem ressoar nas esferas públicas.

Tratam-se de evidências críticas já apresentadas por Fraser (1992) de que as sociedades contemporâneas são multiculturais e estratificadas, o que impossibilita a existência de uma esfera pública única, capaz de criar consensos que darão fim às diferenças e aos conflitos próprios das sociedades democráticas contemporâneas. A crítica de Fraser à igualdade pré-estabelecida, presente na perspectiva neo-kantiana de Habermas, baseia-se no idealismo racionalista presente nessa teorização, que pressupõe condições de igualdade de participação e de influência entre os sujeitos no interior das esferas públicas. Fraser, ao contrário, considera as diferenças substantivas entre os sujeitos, as quais a ação racional comunicativa não é capaz de eliminar.

Neste mesmo sentido, porém de forma mais radical<sup>4</sup>, Mouffe e Laclau criticam, em diferentes trabalhos, quaisquer pretensões consensuais racionalistas de supressão do conflito, pois, para os autores, o consenso racional é excludente e evidência, em última instância, uma hegemonia provisória.

Embora considerem que determinadas demandas possam ser sanadas a partir de práticas dialogadas e consensuadas, Mouffe e Laclau chamam a atenção para implicações que leituras consensuais das relações de tensionamento do tecido social podem representar para um sistema democrático, como as tentativas de “fechamento” do social que, por essência, nas democracias, é um espaço aberto em que as lutas políticas se dão permanentemente.

A Teoria da Democracia Radical apresenta-se como uma nova filosofia política, crítica à epistemologia racionalista iluminista que se baseia em postulados universais e essencialistas, e defende o alargamento das esferas públicas e uma “nova hegemonia socialista”.

A noção de “nova hegemonia socialista”, cunhada por Laclau e Mouffe (2011), assemelha-se à noção de hegemonia de Gramsci, para o qual é a capacidade de construção e de fixação de uma rede sógnica voltada à direção intelectual e cultural de uma sociedade, isto é, a capacidade de imprimir determinada “visão de mundo” de um bloco histórico, constituído por grupos sociais aliados, no interior da sociedade civil. No entanto, como ressalta Alves (2010, p. 94-95):

[...] o principal ponto de ruptura entre as duas perspectivas é que enquanto em Gramsci a hegemonia remete à unidade de todo o bloco histórico, Laclau e Mouffe questionam todo o tipo de sutura, pois consideram que isso seja impossível. Toda tentativa de fechamento e de fixação de sentido é ideológica [...]. Enquanto Gramsci considera possível a instauração do socialismo e de uma sociedade sem classes, em que o próprio partido e a atividade política desapareceriam, para Laclau e Mouffe não há possibilidade de uma reconciliação final, uma vez que o antagonismo é constitutivo do social e que ele apresenta um caráter aberto e incompleto.

A Democracia Radical e Plural, portanto, “rechaça a própria possibilidade de uma esfera pública de argumento racional não excludente em que seja possível alcançar um consenso não coercitivo” (MOUFFE, 2012, p. 49). Diferentemente do que possa parecer, tais ideias não vão de encontro aos ideais democráticos, “ao contrário, protegem a democracia pluralista de qualquer tentativa de fechamento.

---

<sup>4</sup> Fraser mantém o compromisso com uma proposta deliberativa.

De fato, essa negação constitui uma importante garantia de que se manterá viva a dinâmica do processo democrático” (MOUFFE, 2012, p. 49).

Nesse sentido, as relações conflitivas são concebidas como inerentes às democracias, pois representam a tensão entre princípios divergentes, próprios dos nossos sistemas democráticos, dando novos contornos teóricos à noção de sociedade civil nas democracias contemporâneas. Assim, as relações entre Estado e sociedade civil seriam marcadas por tensionamentos permanentes. Contudo, tomamos como pressuposto que a tensão entre Estado e sociedade civil, mesmo sempre presente, apresenta-se em graus variáveis, que não eliminam a possibilidade do estabelecimento de vínculos e de alinhamentos estratégicos – também marcados por momentos de consensos e conflitos – por meio de canais de comunicação operados pela lógica da ação comunicativa.

### 1.1. A retomada no Brasil

No Brasil, a retomada do conceito de sociedade civil ocorreu a partir da luta contra o regime militar iniciado em 1964 (GOHN, 2005; COSTA, 2002). Com o golpe militar, o Estado centralizou todo o aparato político-administrativo em seu poder, o que contribuiu para a consolidação da tecnocracia burocrática monopolizadora das diretrizes políticas, excluindo as possibilidades de participação da sociedade civil nos processos decisórios e cerceando os direitos civis e políticos dos cidadãos. Este cenário, devastador para a democracia, levou à formulação de um conceito de sociedade civil que assumia uma postura de “contra-poder”, o qual, para Gohn (2005), perdurou pelo menos até meados da década de 1980. Esse conceito tornou-se, na linguagem política corrente, um “sinônimo de participação e organização da população civil do país na luta contra o regime militar” (p. 70).

Com os sinais de enfraquecimento do regime militar e com a aproximação inevitável da reabertura política, fato consumado em 1985, o país ensaiava um novo ciclo em sua história. Os anos de repressão logo cessariam, não demoraria o início de uma progressiva abertura dos meios de participação e de representação política com a eleição de Tancredo Neves e a posterior retomada das eleições diretas para presidente.

Havia neste contexto um espaço público em formação, cercado por movimentos sociais, ONGs e associações diversas, cujas lutas giravam em torno da reivindicação por maior participação e representação. Como destaca Costa (2002, p. 57), é neste momento que “as clivagens latentes no bloco da ‘sociedade civil’ pela

democracia vêm, inevitavelmente, à tona”, celebrando uma complexa cadeia de significação discursiva popular em torno do significante “democracia”.

Na Teoria do Discurso em Laclau e Mouffe (2011), cadeia de significação discursiva compreende um “momento”, provisório, da formação discursiva – o discurso propriamente dito. Nesse sentido, todo discurso (“momento”) é uma cadeia de significação que envolve diferentes “elementos” discursivos, isto é, diferentes particularidades políticas, como os movimentos relacionados às causas de gênero, o movimento pela igualdade racial, ambientalistas, dentre outros. A formação da cadeia de significação discursiva só é possível porque os diferentes “elementos” possuem algo em comum entre eles, o que Laclau e Mouffe denominam de “lógica da equivalência”, a qual possibilita articular uma cadeia de equivalência entre diferentes “elementos”. Por outro lado, os “elementos” possuem particularidades entre eles (lógica da diferença) que não são abandonadas ao entrarem em articulação discursiva.

É nesse sentido que podemos compreender que a relação intrinsecamente tensionada entre o Estado e a sociedade civil pode, conjuntamente, permitir posições de convergência ou de antagonismo. Acontece que as particularidades de cada elemento passam a fazer parte do discurso dos outros elementos no momento da construção de “pontos nodais” entre eles, possibilitando um discurso hegemônico. Pontos nodais são criados a partir de um antagonismo comum aos elementos. No Brasil, por exemplo, até 1985 a ideia de “democracia” era o ponto nodal entre diferentes “elementos” que viam nos militares seu antagonismo (o “não democrático”), sem, no entanto, desfazerem-se completamente de suas particularidades e diferenças no que tange a concepção de democracia e as ações em prol da democracia.

Nesse ínterim, o conceito de “contra-poder” de outrora, começou a perder centralidade. O confronto e o antagonismo que marcaram profundamente as relações entre o Estado e a sociedade civil foram substituídos por uma relação agonística<sup>5</sup>, por um lado, e pela ação conjunta, por outro. Essa mudança conceitual e as novas formas de relação entre sociedade civil e Estado são apontadas por Keane (2001) como uma consequência do processo de formação das sociedades

---

<sup>5</sup> Relação Agonística é um conceito de Mouffe (2005, 2012). Trata-se de uma relação de poder em que os inimigos não são percebidos como um alvo a serem eliminados, mas sim como adversários a serem vencidos. Nesse sentido, é reconhecida e respeitada a existência da diferença; o outro pode estar em oposição a nós, mas é reconhecida e legitimada sua existência: “Podemos, portanto, reformular nosso problema dizendo que, desde a perspectiva do ‘pluralismo agonístico’, o propósito da política democrática é transformar antagonismo em agonismo” (MOUFFE, 2005, p. 21).

civis em diferentes contextos. Como argumenta o autor, a concepção de sociedade civil, como alternativa/confronto direto ao Estado, cedeu lugar para outra que se desenvolveu juntamente com o modelo político democrático; sociedade civil e Estado passaram a ser vistos como dois momentos necessários.

Ao analisarem esta nova relação entre Estado e sociedade civil, em que a extinção do Estado já não é o objetivo revolucionário último e único, Cohen e Arato (2001) refletem sobre a “revolução autolimitada”. Para os autores, as sociedades civis, marcadas pela pluralidade de lutas sociais, passaram a reivindicar diferentes demandas por reconhecimento e direitos pautadas na defesa do aprofundamento e do controle democrático, dando novos contornos às relações conflitivas com o Estado.

Embora fundamentados em propostas teóricas distintas, certos elementos são convergentes nos trabalhos de Cohen e Arato e de Laclau e Mouffe. Assim como a noção de autolimitação da sociedade civil em Cohen e Arato (2001), a proposta de uma democracia radical, defendida por Laclau e Mouffe em diferentes trabalhos, parte de uma concepção pluralista das lutas sociais. Estas ideias convergem ao conceberem as democracias contemporâneas como espaços de novas formas de conflitividade, novas bandeiras de luta, novos atores sociais, novas formas de relação com o Estado. Em suma, uma nova configuração social entendida em um sentido amplo, o qual rompe com as perspectivas marxistas cuja centralidade da luta política pauta-se no conflito entre burguesia e proletariados.

Nesse sentido, a Teoria Democrática Radical em Laclau e Mouffe rompe com o essencialismo e a centralidade ontológica da classe operária, presente na teoria marxista clássica<sup>6</sup>. Consequentemente, rompe com a concepção de sociedade universal e evidencia os dissensos e os conflitos presentes tanto nas relações entre sociedade civil e Estado, quanto entre grupos sociais nas esferas públicas.

É a partir desse debate contemporâneo sobre a retomada do conceito de sociedade civil, pensado as novas relações de tensionamento entre sociedade civil e Estado na busca pela radicalização democrática, que passamos à análise de três distintas relações conflitivas percebidas entre entidades civis no Espírito Santo e o

---

<sup>6</sup> É nesse sentido que os autores são considerados pós-marxistas, uma vez que, como argumenta Alves (2010), Laclau e Mouffe “fazem uma releitura da tradição marxista e questionam a adequação das suas principais categorias à sociedade contemporânea, desconstruindo algumas de suas categorias centrais” (p. 87). Segundo Burity (*apud* ALVES, 2010, p. 87-88), “o pós-marxismo consiste num acerto de contas com o legado marxista no sentido de se contrapor ao seu objetivismo, essencialismo e determinismo e, mais ainda, demonstrar que o progressivo abandono destas categorias tem uma história interna no marxismo, que pode ser percebida na evolução de conceitos como o de hegemonia”.



Estado, problematizando suas consequências para o aprofundamento democrático.

## **2. Tensionamento com o Estado: os casos da AMAFAVV, da Transparência Capixaba e do Coletivo Casa Verde**

Tomando duas formas de interação democrática entre Estado e sociedade civil, tal como elaborou Young (2000), poderíamos pensar em uma relação que se dá pela tentativa de influência propositiva da sociedade civil sobre o Estado, e outro que se constituiria pela elaboração de oposição e de *accountability*<sup>7</sup>. Poderíamos admitir que, mesmo pressupondo o tensionamento intrínseco, as ações da sociedade civil que visam construir influência propositiva sobre decisões políticas tenderiam a diminuição conjuntural da tensão. Já aquelas ações que estabelecem oposição ou controle sobre o Estado, tenderiam a aumentar a tensão. A partir dessas duas dimensões, voltamo-nos às relações das organizações pesquisadas com o Estado, percebidas por meio de análise das fichas cadastrais (questionários aplicados), estatutos, entrevistas, documentos publicados pelas entidades, dentre outros, no intento de compreender melhor em que sentido as relações de tensionamento ocorrem.

Após análise dos dados obtidos sobre a AMAFAVV, percebemos que essa instituição mantém uma relação clara de alto tensionamento com o Estado, tanto de oposição às políticas públicas de segurança, quanto exercendo a função de *accountability*. Segundo a presidenta da AMAFAVV<sup>8</sup>, a entidade foi fundada em 1999, após o assassinato de seu filho por policiais militares. A partir de então, mães e familiares com o mesmo histórico de “Dona Maria” começaram a se reunir em residências e em sindicatos da capital, até que em 01 de junho de 2001 a instituição foi registrada em cartório, como consta em seu estatuto (AMAFAVV, 2001).

Sua missão é lutar pelos direitos humanos e fiscalizar as ações do Estado respeitante, sobretudo, à segurança pública, visando a auxiliar famílias vítimas de violência, atuando num tom de denúncia e de promoção de justiça acerca de incidentes envolvendo a violência estatal. Ao postar-se frente ao Estado em uma relação de tensionamento, objetivando “contribuir com a ampla cidadania das pessoas, por relações de gênero equitativas e fraternas, por uma sociedade justa,

---

<sup>7</sup> A função de *accountability* pode manifestar-se tanto de forma vertical como horizontal. A primeira refere-se, sobretudo, ao processo eleitoral, enquanto a segunda baseia-se na capacidade de fiscalização e controle das ações do Estado. Para mais detalhes, ver O'Donnell (1998).

<sup>8</sup> Entrevista realizada com a presidenta da entidade em 25 de abril de 2011.

um Estado democrático, combater as desigualdades” (AMAFVV, 2001, p. 3), a entidade desenvolve as seguintes formas de enfrentamento: 1) denuncia as ações violentas do Estado à justiça e à mídia em geral; 2) realiza protestos e passeatas pelas ruas da capital; 3) mantém contato com promotores do Ministério Público – redige ofícios, acompanha processos e audiências, move ações públicas contra o Estado junto ao Ministério Público. Suas ações na esfera pública, portanto, voltam-se, sobretudo, para a oposição franca ao Estado, fomentando a opinião pública contra a violência estatal.

Mas, é perceptível que a própria organização mobiliza certos setores do Estado (promotores, juízes e instituições de níveis diversos da federação) na luta contra aquilo que chama de Estado, mas que está representado em determinadas instâncias, como na polícia, nas instituições locais da justiça, dentre outras. Desta forma, a organização transita, mobiliza e critica a atuação de diversas instituições estatais, manifestando tensões e alinhamentos estratégicos para sua própria luta. Nesse sentido, compreende perfeitamente as estruturas burocráticas e administrativas institucionais e, além disso, sabe também dos padrões desviantes de comportamento de seus atores, sendo capaz de produzir crítica e contestação.

Assim, percebemos que o padrão de tensionamento entre o Estado e a sociedade civil apresentado pela organização é marcado por uma anunciada oposição ao Estado, mas, também, por práticas que mostram convergências e alinhamentos com setores estratégicos do próprio Estado. Esta ausência de homogeneidade abre outro aspecto que é preciso considerar, a saber, o caráter heterogêneo do Estado, que é ocupado por distintas instituições e atores que podem estar em rivalidade. Conforme Laclau e Mouffe (2011), isto seria salutar e inerente às democracias, pois as relações conflitivas representam a tensão entre princípios antagônicos próprios dos sistemas democráticos, expressando o pluralismo político, social e cultural, característico das sociedades democráticas contemporâneas.

A segunda instituição analisada foi a ONG Transparência Capixaba. A constituição da relação de tensionamento dessa ONG com o Estado difere do caso anterior. Como vimos, aquela insere-se mais em uma relação de tensionamento e de oposição aos projetos e às ações do poder local estatal, que perpassam os Direitos Humanos, em geral, e a segurança pública, em particular. Além disso, é uma associação constituída por sujeitos que possuem históricos parecidos, o que a caracteriza como uma organização que defende a causa de seus próprios membros.

Já a Transparência Capixaba atua no sentido de *accountability* horizontal<sup>9</sup>, isto é, supervisiona, fiscaliza e denuncia as ações estatais, por meio da formação de redes de agências que potencializam as ações de controle público sobre o Estado. Apesar disso, na sua prática há uma marca da tendência na busca de convergências com a política estatal e na participação em espaços onde se busca a criação de acordos, como o Conselho Estadual de Ética Pública. Além disso, diferentemente da AMAFAVV, essa organização atua na defesa de causas que transpassam as lutas de um grupo específico<sup>10</sup>.

A Transparência Capixaba foi criada em finais de 2001, num contexto político marcado por denúncias de corrupção contra o Poder Executivo – na figura do então Governador José Ignácio Ferreira (PSDB) – e o Legislativo – presidido por José Carlos Gratz (então PFL, atual DEM, de 1998 a 2002). Eclodiam denúncias e constatações de desvios milionários de recursos públicos, improbidade administrativa, formação de quadrilha, dentre outras, envolvendo os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. O sistema político estadual encontrava-se próximo à anomia em meio à corrupção (ZORZAL E SILVA *et al.*, 2010).

As ações da Transparência Capixaba envolvem a participação em redes nas esferas públicas e em grupos virtuais, publicações de livros e artigos em jornais e *sites* variados, parcerias pontuais e informais com determinados projetos políticos empreendidos pelas entidades estatais – conforme ficha cadastral e informações publicizadas no *site* (TRANSPARÊNCIA CAPIXABA, 2011). A ONG atua, também, a partir de estudos sobre política, divulgação de propostas via mídias<sup>11</sup>, campanhas de conscientização e cursos de capacitação junto à sociedade, cujo objetivo é “trabalhar na conscientização da sociedade, a fim de suscitar uma mudança no comportamento cotidiano da mesma [...]. Partindo do princípio que esta mantém, ainda hoje, uma mentalidade paternalista e passiva” (ZORZAL E SILVA *et al.*, 2010, p. 1398).

Além disso, é interessante salientar as parcerias firmadas – formal e informalmente – pela ONG. Entre os parceiros, encontram-se ONGs (como a Transparência Brasil), fundações, igrejas, empresas, Ministério Público,

---

<sup>9</sup> Cf. nota 5.

<sup>10</sup> Pinto (2006) classifica as organizações sociais em dois grupos, quanto a seus membros e às causas que defendem: as que defendem a causa de seus membros e as que defendem a causa de outros. Para mais detalhes, ver Pinto (2006).

<sup>11</sup> Como nos mostram Zorzal e Silva *et al.* (2010), a Transparência Capixaba recebe apoio de diferentes empresas, entre elas a agência de publicidade e marketing A4, o Núcleo de Atividades do Curso de Comunicação Social (NACOM) do Centro Universitário Vila Velha (UVV) e da Rede Gazeta. Para mais detalhes acerca da organização, atuação, articulações na esfera pública, alinhamentos com setores econômicos, dentre outros, ver Zorzal e Silva *et al.* (2010).

Prefeituras e Governo Estadual. Essas parcerias possibilitam à Transparência Capixaba criar redes na esfera pública entre diferentes organizações que, em algum momento, compartilham pauta em comum, expandindo, dessa forma, a capacidade de atuação da própria sociedade civil no Espírito Santo. Apesar de se autodeclarar como uma organização de controle do Estado, o que nos levaria a crer que há um grau maior de tensionamento, percebemos que mesmo esta função se dá em forma de diversas parcerias e em sintonia com projetos que são oriundos do próprio Estado.

Por fim, o Coletivo Casa Verde procura atuar segundo uma crítica ao modelo de sociedade adotado pelo Estado, compreendido como “racionalismo capitalista contemporâneo”, sobretudo em sua presença no campo. A organização foi criada em 2009 por estudantes da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) que estagiaram na Associação de Programas em Tecnologias Alternativas (APTA) e no Estágio Interdisciplinar de Vivência (EIV). Igualmente, foi motivada pela ressonância do debate entre estudantes e professores nos departamentos de Geografia, Ciências Sociais e História acerca do tema da Agroecologia, fomentado desde 2007 pelo Observatório dos Conflitos no Campo<sup>12</sup>.

Sua missão é debater e divulgar a Agroecologia como prática alternativa ao capital – materializado no campo como Agronegócio –, com reforço no teor político-pedagógico dessa prática e de todas as suas dimensões, tais como: reforma agrária, educação popular, relações de gênero e economia popular solidária, além de agir com vistas à construção de uma Universidade Popular.

As formas de atuação do Coletivo Casa Verde perpassam a execução de ações políticas, tais como campanhas e protestos em articulação com movimentos sociais que compartilham a mesma pauta político-ideológica; realização de consultorias em parceria com o Movimento Estudantil (ME) e cursos de capacitação – organiza o Estágio Interdisciplinar de Vivência (EIV) em conjunto com o Movimento Estudantil, Movimento dos Sem-Terra (MST) e Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Ao contrário das outras duas instituições pesquisadas, o Coletivo Casa Verde mantém uma estreita vinculação com o espaço universitário, possibilitando maior articulação com o Movimento Estudantil e com outros movimentos sociais em redes.

Além das parcerias com movimentos sociais, o Coletivo Casa Verde mantém vínculos com o Governo Federal, mais especificamente com o Ministério de

---

<sup>12</sup> Informações obtidas a partir da ficha preenchida pela entidade.

Desenvolvimento Agrário, por meio de parcerias e de financiamentos de projetos<sup>13</sup>. O Coletivo Casa verde, apesar de realizar parcerias informais ou formais com o Estado mediante projetos, compreende sua atuação mais como conflitiva e oposicional ao Estado.

A relação de tensionamento entre o Coletivo Casa Verde e o Estado perpassa uma dimensão político-ideológico-militante, a qual difere das duas primeiras organizações pesquisadas. Naquelas observamos a noção de tensionamento mais com relação a projetos de governos e conjunturas específicas, do que quanto ao modelo de Estado. Já o Coletivo Casa Verde projeta sua atuação num modelo de sociedade distinto, que pressupõe repensar o próprio Estado.

Percebemos que a criação de novos canais de comunicação e mesmo de alinhamentos entre sociedade civil e Estado não representa, necessariamente, um processo de alienação das organizações sociais. Ao contrário, pode contribuir com o processo de aprofundamento e de controle democrático. Além disso, constatamos que se faz necessária uma complexificação da compreensão do próprio Estado nas democracias contemporâneas.

A tabela abaixo possibilita a visualização panorâmica de alguns dos principais pontos analisados acerca das três organizações pesquisadas, a partir dos dados obtidos em suas fichas cadastrais.

---

<sup>13</sup> Como o projeto enviado ao CNPq no ano de 2010, Edital 058/2010 MDA/SAF/CNPq, de incentivo a formação de núcleos de agroecologia em universidades, que deu origem ao NEPEA/UFES (Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Agroecologia).

<b>Instituições sociais pesquisadas e principais pontos analisados</b>			
<b>INSTITUIÇÕES</b>	<b>ÁREAS DE INTERESSE PÚBLICO</b>	<b>PRINCIPAIS FORMAS DE ATUAÇÃO</b>	<b>PRINCIPAIS PARCERIAS</b>
<b><i>Amafavv</i></b>	Assistência Social	Protestos e campanhas na esfera pública, Ação Civil Pública (MPES)	Ministério Público – indireta
	Direitos Humanos	Assessoria (empoderamento; atendimento às famílias vítimas de violência)	ONGs
	Segurança Pública	Participação em redes e grupos virtuais de articulação	Redes Nacional e Internacional de articulação
<b><i>Coletivo Casa Verde</i></b>	Campo (questões agrárias)	Pesquisas e atividades acadêmicas (oficinas e mobilização)	Governo Federal – indireta (financiamento de projetos)
	Cidade (mobilidade; preservação ambiental)	Protestos e campanhas na esfera pública em parcerias com outros Movimentos Sociais	ONGs
	Universidade (educação pública)	Cursos e formação (oficinas e Estágios de vivência: MST e MPA)	Movimentos Sociais – local e nacional
<b><i>Transparência Capixaba</i></b>	Combate à corrupção	Campanhas na esfera pública e na mídia; Ação Civil Pública (MPES)	Instituições Estatais – projetos políticos específicos
	Defesa da transparência pública	Participação em redes e grupos virtuais de articulação	Empresas
	Defesa do controle e da participação social	Cursos e formação (palestras) respeitante às políticas públicas	ONGs, Igrejas, Fundações

Fonte: Elaboração própria

## **Considerações finais**

Ao analisarmos diferentes organizações da sociedade civil no Espírito Santo percebemos um fenômeno complexo e ativo inserido num contexto marcado, por um lado, pelo desenvolvimento e pela modernização do capitalismo globalizado e, por outro, por um cenário político caracterizado pelo tradicionalismo.

Em pesquisas anteriores, outros autores evidenciaram no caso do Espírito Santo, certo contexto de “desinteresse ou a incapacidade de determinados grupos sociais em estruturarem-se como forças políticas capazes de organizar os interesses coletivos dispersos na sociedade e dar-lhes expressão institucional” (DOMINGUES; PALASSI; GONÇALVEZ, 2011, p. 3), fato relacionado pelos autores a um cenário político marcado por relações políticas tradicionais. Em nossa pesquisa percebemos certa fragmentação, com muitas organizações atuando isoladamente, ao apresentar ao Estado, ou a políticos, suas demandas de forma não articulada a outras organizações que, muitas vezes, apresentam demandas da mesma ordem política.

De forma geral, hoje podemos dizer que há um baixo nível de formalização e de articulação na sociedade civil local. Isto se evidencia no fato de muitas organizações não apresentarem estatuto ou mesmo uma sede – é comum casos em que a sede da instituição é a casa da liderança. Grande parte das instituições pesquisadas se resume às lideranças; contatar uma organização muitas vezes é contatar um indivíduo específico. Não podemos afirmar como a característica da informalidade afeta nas relações de tensionamento com o Estado. Porém, como percebido, aquelas organizações com considerável grau de formalização e de articulação – interesse maior deste artigo – produzem efeitos significativos na esfera pública local, como é o caso das três organizações destacadas neste artigo.

Como vimos, as três organizações possuem diferentes formas de atuação na esfera pública, e mantêm diferentes tipos de relações com o Estado; mas todas estão marcadas por relações de tensionamento.

As relações de tensionamento encontradas ora se apresentam como conflitos específicos sobre os significados do que seria o “Estado” e oposição a determinados projetos políticos, ora se constituem em alinhamentos. Com relação aos alinhamentos, vale destacar que muitos são pontuais, o que não significa que as instituições deixaram de lado seus antagonismos com o Estado, mas apenas que alguma ação dialogada é possível num contexto marcado por antagonismos. Já com relação aos conflitos e oposição a determinados projetos políticos, longe de significar um risco à democracia local, vêm contribuir com o aprofundamento democrático, uma vez que, como destaca Mouffe (1996, 2012), estas relações expressam os antagonismos que constituem as relações sociais e os sistemas democráticos.

## Referências

ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti. O Conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. **Lua Nova**, São Paulo, n. 80, p. 71-96, 2011.

AMAFVV/ES. **Estatuto da Associação de Mães e Familiares Vítimas de Violência do Estado do Espírito Santo**. Vitória, 2001.

COHEN, Jean L.; ARATO, Andrew. **Sociedad civil y Teoría Política**. México: Fondo de Cultura Económica, 2001.

COSTA, Sérgio. **As Cores de Ercília: esfera pública, democracia, configurações pós-nacionais**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

GOHN, Maria da Glória. **O Protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. São Paulo: Cortez, 2005.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia**: entre facticidade e validade. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. v. II.

DOMINGUES, Mauro Petersem; PALASSI, Márcia Prezotti; GONÇALVES, Alyne dos Santos. Introdução e Metodologia. **SINAIS - Revista Eletrônica**, Vitória, n. 10, p. 1-14, dez. 2011. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufes.br/sinais/article/view/2809/2276>>. Acesso em: 05/09/2013.

FRASER, Nancy. “Repensando la esfera pública. Una contribución a la crítica de la democracia actualmente existente”. In: CALHOUM, C. **Habermas and the Public Sphere**. Cambridge: MIT Press, 1992. Disponível em: <[http://www.equidad.scjn.gob.mx/MG/pdf/REPENSANDO\\_LA\\_ESFERA\\_PUBLICA.pdf](http://www.equidad.scjn.gob.mx/MG/pdf/REPENSANDO_LA_ESFERA_PUBLICA.pdf)>. Acesso em: 19/06/2011.

KEANE, John. **A Sociedade civil**: Velhas imagens e novas visões. Lisboa: Temas e Debates, 2001.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonía y estratégia socialista**. Hacia uma radicalización de la democracia. 3. ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2011.

LACLAU, Ernesto. Sujeito da política, política do sujeito. In: \_\_\_\_\_. **Emancipação e diferença**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2011.

MOUFFE, Chantal. **O Regresso do político**. Lisboa: Gradiva, 1996.

MOUFFE, Chantal. Por um Modelo agonístico de democracia. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 25, p. 11-23, 2005.

MOUFFE, Chantal. **La Paradoja democrática**: el peligro del consenso en la política contemporánea. Barcelona: Gedisa, 2012.

O'DONNELL, Guillermo. Accountability horizontal e novas poliarquias. **Lua Nova**, São Paulo, n. 44, 1998. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64451998000200003&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64451998000200003&script=sci_arttext)>. Acesso em: 25/10/2013.

PINTO, Céli. As ONGs e a Política no Brasil: presença de novos atores. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 3, p. 651-670, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v49n3/a08v49n3.pdf>>. Acesso em: 15/02/2011.

TRANSPARÊNCIA CAPIXABA. **Estatuto**. Vitória, 2001.

TRANSPARÊNCIA CAPIXABA. **Quem somos**. Disponível em: <<http://www.transparenciacapixaba.org.br/>>. Acesso em: 16/07/2011.

YOUNG, Íris Marion. **Inclusion and democracy**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

ZORZAL E SILVA, Marta *et al.* Transparência capixaba: Formação de Redes na Esfera Pública do Espírito Santo. **Anais do I Seminário Internacional e III**



**Seminário Nacional: Movimentos Sociais, Participação e Democracia,**  
Florianópolis, 2010. Disponível em:  
<<http://www.sociologia.ufsc.br/npms/mspd/ao86.pdf>>. Acesso em: 14/07/2011.

Texto enviado em: 21/10/2014  
Aceito em: 20/02/2015